

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SOCIAL
PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Associação de Ensino Social Profissionalizante - ESPRO
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Ensino Social Profissionalizante - ESPRO ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Ensino Social Profissionalizante - ESPRO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação do CEBAS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, a Associação protocolou (sob nº 71000.066308/2016-31) pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), certificado esse que garante a imunidade tributária da Associação. Pelo fato de a Associação ainda não possuir o deferimento do pedido de renovação do certificado, há possibilidade de risco de descaracterização da imunidade tributária caso não seja concedida a renovação do CEBAS e, conseqüentemente, pode haver exigibilidade tributária. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outros assuntos

Informações incluídas nas demonstrações contábeis não auditadas

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis, existem informações qualitativas referentes a quantidade de atendimentos sociais e cobertura de seguro feitas pela Associação que não foram escopo de nossa auditoria. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2016, auditadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação na data de 07 de março de 2016, com a mesma ênfase sobre a renovação do CEBAS descrita na seção anterior. Além disso, havia ênfase sobre a imunidade do PIS sobre a folha de pagamento, assunto que foi esclarecido de forma favorável pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2018.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.272	38.892
Contas a receber	7	13.701	13.982
Adiantamentos a funcionários	-	778	661
Adiantamentos a fornecedores	-	-	65
Despesas antecipadas	-	2.881	2.648
Outros créditos	-	713	316
Total do ativo circulante		40.345	56.564
Ativo não circulante			
Aplicações Financeiras	6	30.024	-
Depósitos judiciais		440	521
Contas a receber		67	-
Total do realizável a longo prazo		30.531	521
Imobilizado	8	5.838	5.871
Intangível	9	1.128	314
		6.966	6.185
Total do ativo não circulante		37.497	6.706
Total do ativo		77.842	63.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2017	2016
Passivo circulante			
Contas a pagar	10	1.786	1.287
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias	11	7.788	6.658
Benefícios a pagar	-	1.508	1.287
Adiantamento de clientes	12	1.412	1.078
Outros passivos circulante	-	349	259
Total do passivo circulante		<u>12.843</u>	<u>10.569</u>
		-	
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	13	<u>1.750</u>	<u>2.498</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.750</u>	<u>2.498</u>
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social	-	49.436	39.806
Ajustes de avaliação patrimonial	-	766	800
Superávits dos exercícios	-	<u>13.047</u>	<u>9.597</u>
		<u>63.249</u>	<u>50.203</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>77.842</u></u>	<u><u>63.270</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas da Atividade de Assistência Social			
Receita com gestão de aprendizes	16	111.564	97.816
Doações - formação para o mundo do trabalho (FMT)	16	457	2.798
		<u>112.021</u>	<u>100.614</u>
Despesas da atividade de assistência social			
(-) Custo com gestão de aprendizes	16	(107.161)	(94.899)
Programa de sócio aprendizagem	16	(24.202)	(23.036)
Formação para o mundo do trabalho (FMT)	16	(8.389)	(9.314)
Programa aprender e transformar	16	(446)	(649)
Ser e conviver	16	(68)	(315)
		<u>(140.266)</u>	<u>(128.213)</u>
Déficits das atividades de assistência social		<u>(28.245)</u>	<u>(27.599)</u>
Receitas e despesas gerais e administrativas			
Receita de prestação de serviços	15	53.242	49.127
Voluntariado	21	119	163
Outras receitas	-	3.930	4.824
(-) Despesas gerais e administrativas	18	(20.903)	(21.836)
		<u>36.388</u>	<u>32.278</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas		<u>8.143</u>	<u>4.679</u>
Receitas financeiras líquidas			
Receitas financeiras	22	5.225	5.288
(-) Despesas financeiras	22	(321)	(371)
		<u>4.904</u>	<u>4.917</u>
Superávit líquido do exercício		<u><u>13.047</u></u>	<u><u>9.597</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit líquido do exercício	13.047	9.597
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	<u>13.047</u>	<u>9.597</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits dos exercícios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35.315	833	4.457	40.605
Incorporação do Superávit do exercício de 2016	4.457		(4.457)	-
Superávit do exercício			9.597	9.597
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	33	(33)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	39.806	800	9.597	50.203
Incorporação do Superávit do exercício de 2017	9.597		(9.597)	-
Superávit do exercício			13.047	13.047
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	33	(33)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	49.436	766	13.047	63.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávits dos exercícios	13.047	9.597
Ajustes por		
Depreciação e amortização	1.029	1.468
Baixa líquida do ativo permanente	402	227
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	(111)	110
Contingencia trabalhista	(152)	309
Perda por Impairment	(67)	(67)
Resultado líquido ajustado	<u>14.148</u>	<u>11.644</u>
Aumento /(redução) nos ativos		
Em contas a receber	(348)	(5.599)
Em convênios e licitações a receber	-	-
Em adiantamentos a funcionários	115	15
Em adiantamentos a fornecedores	(65)	(59)
Em despesas antecipadas	233	(434)
Em Depósitos judiciais	(81)	(220)
Em outros créditos	397	1
Aumento /(redução) nos passivos		
Em contas a pagar	499	(194)
Em obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.130	501
Em benefícios a pagar	221	10
Em adiantamento de clientes	334	2
Em projetos à executar	-	(1.696)
Em outros passivos circulante	90	86
Em Provisão para contingências	(1.057)	-
Em convênios e licitações a realizar	-	-
	<u>1.468</u>	<u>(7.588)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>15.616</u>	<u>4.056</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Em Aplicações Financeiras	(30.024)	-
Aquisição de imobilizado	(943)	(334)
Aquisição de intangível	(1.269)	(28)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(32.236)</u>	<u>(362)</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(16.620)</u>	<u>3.694</u>
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No final do exercício	22.272	38.892
No início do exercício	38.892	35.198
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(16.620)</u>	<u>3.694</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação de Ensino Social Profissionalizante - ESPRO ("Associação" ou "ESPRO") é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, beneficente e filantrópica de assistência social, regida por seu estatuto social, regimento interno e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis.

A Associação promove a integração social de adolescentes e jovens a partir de 14 anos, suas famílias e comunidade, capacitando-os para o exercício da plena cidadania integração ao mundo do trabalho, em caráter complementar à rede sócio assistencial, sem distinção de gênero, cor, etnia, credo político, religioso ou condição social.

Nos termos do artigo 3º do seu estatuto social o ESPRO visa contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enfrentamento das desigualdades sociais e promoção da integração ao mundo do trabalho, nos termos do inciso III do Artigo 203 da Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e legislação correlata, bem como:

- Promover a formação político-cidadã, desenvolvendo, resgatando ou fortalecendo o público inserido na Política Nacional de Assistência Social, através da reflexão crítica permanente como condição de crescimento pessoal e construção da autonomia, para o convívio social e familiar;
- Articulação dos benefícios e serviços socioassistenciais na promoção da integração ao mundo do trabalho;
- Identificação e desenvolvimento de capacidades e potencialidades de seu público alvo, promovendo o seu protagonismo na busca de direitos e espaços de integração relacionados ao mundo do trabalho, bem como o resgate de sua autoestima e autonomia.
- Desenvolvimento de projetos, programas, serviços e ações de assistência social beneficentes e filantrópicas, no atendimento de seu público alvo, em prol da coletividade, do bem comum, no interesse social e comunitário;
- Execução de programas de socioaprendizagem aos adolescentes e jovens, nos termos da legislação vigente, bem como, apoiar práticas complementares de profissionalização e aprimoramento profissional.
- Promoção da cultura, por meio do desenvolvimento de iniciativas culturais que contribuam para socialização.

Considerando os objetivos da LOAS e a PNAS, as ações socioassistenciais devem buscar em seu escopo a ampliação dos direitos sociais e da proteção social pública, devendo, portanto, fomentar o empoderamento, o alcance da autonomia, superação de situações adversas, fortalecimento dos vínculos familiares e das redes sociais de apoio e a articulação com as demais políticas públicas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Os programas, projetos e ações socioassistenciais desenvolvidas refletem estratégias Inter setoriais de diversas políticas públicas que visam dotar os adolescentes, jovens e seus familiares de conhecimentos específicos, habilidades e atitudes, para a inclusão social plena.

A Associação possui os principais registros sociais, que regulamentam a sua atuação social, tais como Utilidade Pública, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA's) nos locais de atuação com adolescentes e Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

A Associação foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pelo Processo nº 23002.001439/87-23. Posteriormente a Lei nº 12.101/2009, a competência para a certificação passou a ser do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Atual Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário), o qual através do Processo nº 71000.042019/2011-32 publicou no DOU de 30/07/2015 o deferimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do ESPRO vigente de 19/07/2011 a 18/07/2016, com protocolo de solicitação de renovação em 16/06/2016, sob o número 71000.066308/2016-31 em situação de análise técnica conforme consulta pública ao MDSA em 02/2018.

Dessa forma, a Associação goza de imunidade de impostos e contribuições para a Seguridade Social assegurado pela redação do Decreto 8.242/2014, que regulamenta a Lei 12.101/09 onde determina no "Art. 8º. - A certificação da Associação permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado", conforme descrito na Nota Explicativa nº 16.

Para obter a certificação ou sua renovação, as entidades beneficentes de assistência social deverão demonstrar que realizam ações assistenciais a quem dela necessitar de forma gratuita, permanente, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. A Lei Orgânica da Assistência Social, em seu artigo 3º considera entidades e organizações de assistência social aquelas, sem fins lucrativos, que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

No caso de decisão final desfavorável a entidade, em processos de renovação que se trata o caput do Decreto 8.242/2014 art. 53, cujos os requerimentos tenham sido protocolados tempestivamente, os débitos tributários serão restritos ao período de cento e oitenta dias anteriores a decisão final, afastada multas e juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

No âmbito Estadual a Associação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo pelo Decreto nº 47.224 em 16/10/2002. Até a extinção da Lei 91/35 em 15.12.2015 pela Lei 13.204/2015 o ESPRO manteve o Título de Utilidade Pública Federal.

No âmbito municipal é reconhecida como Utilidade Pública Municipal São Paulo pelo Decreto nº 23.605, de 20/03/1987, alterado pelo Decreto nº 49.651, de 19/06/2005; reconhecida como Utilidade Pública Municipal em Belo Horizonte pelo Decreto nº 15.344, de 14/10/2013; reconhecida como Utilidade Pública Municipal em Campinas pela Lei nº 14.690, de 01 de outubro de 2013 e reconhecida como Utilidade Pública Municipal em Curitiba pela Lei nº 14.327, de 01/10/2013.

Inscrita como entidade de assistência social no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) do Município de São Paulo sob o nº 316 e programas inscritos nos Conselhos Municipais de Assistência Social de: Belo Horizonte sob o nº 268, Brasília sob o nº 101, Recife sob o nº 006, Porto Alegre sob o nº 181, Curitiba sob o nº 156, Campinas sob o nº 135E e Rio de Janeiro sob o nº 890.

A Administração da Associação entende que os recursos alocados nas atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei nº 12.101/2009 e Resolução nº 33/11 do CNAS. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais estão vinculadas às futuras prestações de contas pela Associação junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais órgãos competentes. A Administração da Associação tem adotado todas as providências necessárias para renovação da certificação beneficente de assistência social.

A parcela da sociedade que se encontra em situação de vulnerabilidade pessoal e social, sem perspectivas de acesso aos direitos e a cidadania, necessita de políticas mais equitativas de proteção social, com vistas no fortalecimento do protagonismo e o processo de politização, democratização e participação popular.

Diante disso, toda atividade ou ação socioeducativa realizada na Associação, destina-se a essa população, buscando sempre a excelência, inovação e emancipação do usuário, quanto sujeito de direitos.

A Administração da Associação destina integralmente seus recursos no desenvolvimento de seus projetos, programas e serviços sócio assistenciais voltados para atendimento de adolescentes e jovens, com idade a partir de 14 (catorze) anos, em situação de vulnerabilidade social, bem como de suas famílias e comunidades. Visa fundamentalmente promover formação nos aspectos do desenvolvimento pessoal, social e profissional, para integração ao mundo do trabalho. Por meio de um trabalho sócio assistencial, objetiva minimizar situações de fragilidade de vínculos, minimizando impactos que a desigualdade social produz em nosso cotidiano.

As ações socioassistenciais oferecidas estimulam a convivência social, a participação cidadã, a potencialização de capacidades, a inclusão produtiva e o desenvolvimento local, conforme estabelecido no artigo 2º, inciso III da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Os recursos recebidos são destinados à manutenção de suas unidades de atendimento, que é integralmente gratuito ao público atendido.

Destaca-se que os usuários da assistência social da Associação não contribuem com nenhum tipo de remuneração ou contraprestação aos serviços que lhes são ofertados, tendo com isso a gratuidade integral dos seus serviços prestados.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação, findas em 31 de dezembro de 2017, foram elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 R1 - Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

A aprovação das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração no dia 07 de março de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos grupos de terrenos e edifícios classificados no imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído, mediante laudo técnico emitido por empresa especializada na avaliação de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração da Associação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas estimadas para de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) - Nota Explicativa nº 7;
- Valor residual do ativo imobilizado (Notas Explicativas nºs 3.h e 8);
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 13).

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Instrumentos financeiros

- Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e passivo financeiro não derivativo.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como esse no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os recebíveis abrangem contas a receber (Nota Explicativa nº 7) e outros créditos.

- Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar e outras contas a pagar.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

c) Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

d) Contas a receber

As contas a receber de parceiros são registradas pelo valor faturado. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

e) Adiantamentos a funcionários

Refere-se a créditos com funcionários provenientes de antecipações de despesas, de viagens e valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

f) Adiantamentos a fornecedores

Referem-se a antecipações efetuadas a fornecedores cujo reconhecimento da despesa e serviços ocorrerá em exercício seguinte para apropriação pelo princípio de competência.

g) Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale-transporte, vale-alimentação/refeição, assistências médica e odontológica) a serem distribuídos a colaboradores e aprendizes, bem como pagamento de prêmios de seguros, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelo seu valor nominal.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a um ativo. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas dos exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

- Imóveis- 20 e 58 anos;
- Instalações - 10 anos;
- Máquinas e equipamentos - 10 Anos;
- Móveis e utensílios - 10 Anos;
- Equipamentos de informática - 05 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativo intangível

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

j) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os itens dos ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida são testados para fins de ajuste ao valor recuperável quando há indícios de existência de perdas.

k) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

l) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial.

n) Benefícios a pagar

Refere-se a valores a pagar a fornecedores de benefícios, cujo vencimento é posterior a data de encerramento do exercício.

o) Adiantamento de clientes

Refere-se a adiantamento de clientes sobre salários e benefícios de vale-transporte, alimentação e refeição, cuja apropriação se dará nos períodos subsequentes ao encerramento do exercício social. A contrapartida desses adiantamentos encontra-se nas contas a receber de parceiros.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas e, quando aplicável, atualizadas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

r) Gratuidade

A Associação mantém escrituração contábil regular, registra suas receitas, despesas e aplicação de recursos em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco do preço dos serviços prestados;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Associação, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um parceiro ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de parceiros e em títulos de investimento.

Contas a receber: os riscos de créditos com clientes são gerenciados pela renovação dos contratos e constituição de PECLD, se necessário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A Administração da Associação limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos de renda fixa e apenas com contrapartes de primeira linha. A Administração da Associação não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Risco de liquidez

É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de preço dos serviços prestados

Esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que o principal componente do custo se refere aos salários dos aprendizes fixados em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria.

Risco de taxas de juros

Esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que a Associação possui suas aplicações financeiras em taxas pré-fixadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	35	33
Bancos - conta movimento	187	361
Aplicações financeiras	22.050	38.498
	<u>22.272</u>	<u>38.892</u>

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 100% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

Em 2017 a instituição transferiu recursos, que estavam classificados como "caixa e equivalentes de caixa", no exercício findo de 2016, para títulos de renda variável não circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

6. Aplicações financeiras - Não circulante

			2017	2016
Aplicação Recursos a Longo Prazo			30.024	-
	Indexador	Prazo de resgate	2017	2016
Pós-fixado	Selic-0,01	01/09/2023	24.950	-
Prefixado	Pré 8,74	01/07/2020	2.500	-
Prefixado	IPCA 5,13	15/08/2026	2.498	-
			29.948	-
Rendimento			76	-
			30.024	-

Os recursos monetários foram distribuídos em produtos disponível no mercado financeiro, como fundos de investimentos que adotam estratégia de gestão ativa por meio de alocação de recursos em títulos públicos federais e em títulos privados que possuem uma maior expectativa de retorno, a intenção da administração, é manter esses títulos aplicados até a data do vencimento contratualmente estabelecido.

As aplicações financeiras foram contabilizadas de acordo com os seus respectivos vencimentos (curto e longo prazo), conforme determinação da NBC TG 03R2 - Demonstração dos fluxos de caixa.

7. Contas a receber

	2017	2016
Contas a receber de clientes	14.738	16.328
Faturamento antecipado	(501)	(889)

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(536)	(1.457)
	<u>13.701</u>	<u>13.982</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aging list de contas a receber		
A vencer	11.661	13.940
Vencido de 1 a 30 dias	1.624	665
Vencido de 31 a 60 dias	655	167
Vencido de 61 a 90 dias	48	108
Vencido de 91 a 180 dias	329	106
Vencido de 181 a 365 dias	194	134
Vencido há mais de 365 dias	227	1.208
	<u>14.738</u>	<u>16.328</u>

Movimentação da PECLD

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldos no início do exercício Circulante	(1.457)	(1.567)
Adições	(1.750)	(943)
Reversões	2.671	1.053
Saldos no final do exercício	<u>(536)</u>	<u>(1.457)</u>

O saldo de contas a receber de clientes está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional.

8. Imobilizado

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nas tabelas a seguir:

a) Movimentação do custo de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017

	<u>2016</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2017</u>
Imóveis	2.815	12	(2)	2.825
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.936	59		3.995
Instalações	723	2	(6)	719
Máquinas e equipamentos	476	37	(4)	509
Móveis e utensílios	3.583	49	(37)	3.595
Terrenos	569	-		569
Equipamentos de Informática	3.339	765	(61)	4.043
	<u>15.441</u>	<u>924</u>	<u>(110)</u>	<u>16.255</u>

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

b) Movimentação da depreciação de 31 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017

	2016	Aquisições	Baixas	2017
Imóveis	(710)	-	(101)	(811)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.472)	-	(339)	(3.811)
Instalações	(37)	-	(4)	(41)
Aparelho de som, vídeo e imagem	(99)	-	(19)	(118)
Copa e Cozinha	(12)	-	(2)	(14)
Ar condicionado	(365)	3	(53)	(415)
Máquinas e equipamentos	(190)	2	(27)	(215)
Móveis e utensílios	(1.283)	30	(181)	(1.434)
Equipamentos de informática	(2.667)	51	(126)	(2.742)
Aparelhos e equipamentos telefônicos	(105)	-	(8)	(113)
Mobiliário para sala de aula	(563)	2	(75)	(636)
	<u>(9.503)</u>	<u>88</u>	<u>(935)</u>	<u>(10.350)</u>

Resumo do ativo imobilizado

	Custo	Depreciação	Impairment
Em 31 de dezembro de 2016	15.441	(9.503)	(67)
Em 31 de dezembro de 2017	16.255	(10.350)	(67)

9. Intangível

	2016	Aquisições	Baixas	2017
Cessão de uso de software	916	415	(361)	970
Licença material didático e outros		-	-	854
	<u>916</u>	<u>415</u>	<u>(361)</u>	<u>1.824</u>

	Custo	Amortização	Líquido
Em 31 de dezembro de 2016	916	(602)	314
Em 31 de dezembro de 2017	1.824	(696)	1.128

Os ativos intangíveis compreendem aos direitos de uso de software e o desenvolvimento de conteúdo próprio, a ser utilizado como material didático aos jovens que participam dos programas sociais elencados na nota 15.

10. Contas a pagar

A Rubrica "Contas a Pagar" é representada por gastos com aluguéis, aquisição de materiais de escritório, higiene e limpeza, contratação de prestação de serviços de água, luz, gás, telefone, serviços de vigilância, manutenção predial e outros:

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Credores diversos	21	96
Aluguéis a pagar	65	74
Fornecedores de materiais	218	248
Fornecedores de serviços	1.482	869
	<u>1.786</u>	<u>1.287</u>

11. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2017	2016
Colaboradores		
Obrigações trabalhistas a pagar	3	37
Provisão de férias e encargos	2.506	2.174
Contribuições sociais	603	327
Outros impostos e contribuições a recolher	32	188
	<u>3.144</u>	<u>2.726</u>
Aprendizes		
Obrigações trabalhistas a pagar	36	28
Provisão de férias e encargos	4.069	3.437
Contribuições sociais	539	467
	<u>4.644</u>	<u>3.932</u>
	<u>7.788</u>	<u>6.658</u>

12. Adiantamentos de clientes

	2017	2016
Reembolso de benefícios - aprendiz a realizar	1.913	1.967
Faturamento antecipado	(501)	(889)
	<u>1.412</u>	<u>1.078</u>

Adiantamentos de Clientes, representa os benefícios (VT, VR e VA) de aprendizes para o próximo mês, adiantado pelos parceiros no mês anterior.

13. Provisão para contingências

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões previdenciárias e trabalhistas. A Administração da Associação, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

a) Movimentação das contingências:

Contingências	2016	Adição	Reversão	2017
Trabalhistas	2.486	1.849	(2.597)	1.738
Cíveis	12	-	-	12
	<u>2.498</u>	<u>1.849</u>	<u>(2.597)</u>	<u>1.750</u>

b) Contingências trabalhistas e cíveis

Com base em informações dos assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão no montante de R\$ 1.750 em 31 de dezembro 2017.

A Administração considera como características fundamentais para constituição das obrigações quando for provável que ocorra o desembolso de recursos na sua liquidação e que o valor dessa liquidação possa ser mensurado com segurança. Desta forma foi elaborado um estudo para o ESPRO, considerando as principais características dos processos trabalhistas e o histórico de perda. O estudo foi feito por meio de assessoria jurídica do escritório "Marquesi Consultoria Alphamex Periciais".

O cálculo estimado foi elaborado, comparando o valor inicial pleiteado (considerando a apuração exata do risco total da ação), versus os valores pagos ao final de cada processo. Essa métrica demonstrou um coeficiente que foi aplicado para todos os processos trabalhistas com naturezas similares. A Administração segregou processos trabalhistas que tem naturezas distintas dos processos usais da Associação.

14. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

Os superávits da Associação são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº 1. O patrimônio social acumula valores recebidos de ajustes contábeis e parcelas de superávit/déficit de exercícios anteriores. O superávit do exercício é incorporado ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002R1, item 16.

b) Dissolução ou extinção

A dissolução da Associação, quando se verificar a impossibilidade da continuação de suas atividades e a posterior destinação específica do patrimônio deverá ser aprovada por 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Dissolvida a Associação, pagos todos os compromissos, o remanescente de seus bens reverterá em benefício de uma entidade sem fins lucrativos de assistência social congênere e que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo, a ser definida pela Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a dissolução da Associação.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Decorrente dos efeitos do reconhecimento do custo atribuído de imobilizado (imóveis e terrenos), realizados no exercício de 2010.

15. Receita de prestação de serviços

	2017	2016
Taxas administrativas de aprendizagem	19.972	18.273
Cursos e treinamentos	33.270	30.854
	<u>53.242</u>	<u>49.127</u>

Adicionalmente aos repasses do custo operacional com folha de pagamento de jovens aprendizes, as empresas parceiras remuneraram a prestação de serviços de gestão do vínculo empregatício, através de taxas administrativas de aprendizagem.

Os treinamentos ministrados aos aprendizes pela Associação são custeados integralmente pelas empresas parceiras (pessoa jurídica) não recaindo nenhum ônus aos usuários, que participam dos programas de modo inteiramente gratuito.

16. Receitas, custos e despesas - Atividades sócio assistenciais

	2017	2016
Receitas com gestão de Aprendizes	111.564	97.816
Doações - Formação para o Mundo do Trabalho (FMT)	457	2.798
	<u>112.021</u>	<u>100.614</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas da atividade de assistência Social		
Programas:		
Socioaprendizagem	(131.363)	(117.935)
Formação para o Mundo do Trabalho (FMT)	(8.389)	(9.314)
Aprender e Transformar	(446)	(649)
Ser e Conviver	(68)	(315)
Total de recursos alocados	<u>(140.266)</u>	<u>(128.213)</u>
Déficits das atividades de assistência social	<u>(28.245)</u>	<u>(27.599)</u>

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Quantidades de atendimentos de assistência social		
Programas:		
Socioaprendizagem	105.369	64.459
Formação para o mundo do trabalho (FMT)	21.468	17.117
Aprender e Transformar	730	1.103
Ser e Conviver	112	742
	<u>127.679</u>	<u>83.421</u>

A receita das atividades socioassistenciais no montante de R\$ 111.564, refere-se ao repasse efetuado pelas empresas parceiras, para custeio da folha de pagamento, encargos e benefícios dos jovens aprendizes, que estão sob a gestão administrativa de vínculo empregatício pela Associação.

As doações são contribuições oriundas de pessoas jurídicas para subsidio do programa FMT (Formação Para o Mundo do Trabalho).

O ESPRO mantém com os benfeitores o compromisso de prestação de contas qualitativa da execução das atividades, tanto individualmente como de divulgação consolidada em relatório anual de atividades.

Programas desenvolvidos em 2017

- a) Programa de Socioaprendizagem;
- b) FMT - Formação para o Mundo do trabalho;
- c) Programa Aprender e Transformar;
- d) Programa Ser e Conviver

Ações e atividades desenvolvidas

Entrevista Social - De caráter individual, constitui ação essencial do ESPRO, pois é quando ocorre o início do vínculo entre o serviço e a família. É o momento no qual o profissional busca compreender os múltiplos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelas famílias, buscando também, identificar seus recursos e potencialidades e como tais situações se relacionam e ganham significado no território e ação do ESPRO.

Oficinas de convivência - De caráter coletivo e preventivo, compreendem a realização de encontros previamente organizados, sob a condução de profissionais, com o objetivo de garantir aquisições progressivas aos seus usuários. As oficinas de convivência têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesses dos participantes, sobre vulnerabilidade e riscos, vínculos, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários o acesso aos direitos ao protagonismo a participação social e prevenção a riscos.

Ações Comunitárias - De caráter coletivo, estão voltadas para a dinamização das relações no território a partir do estabelecimento do objetivo comum. São objetivos das ações comunitárias: promover a comunicação, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e pertencimento por meio, principalmente, do estímulo à participação cidadã (campanhas, participação nos Fóruns de Discussão, etc.).

Orientação socioeducacional - De caráter individual compreende a escuta de demandas de nossos usuários adolescentes e jovens. Realiza-se a orientação com foco nos direitos e deveres a serem cumpridos dentro dos programas por eles acessados, garantindo a continuidade e o bom desenvolvimento do adolescente e jovem nos programas, prevenindo ainda, situações que não estejam condizentes com seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Intervenção sociofamiliar - Consiste num conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre a família e o técnico de serviço social. É destinado aos adolescentes e jovens e suas famílias que apresentam situações de vulnerabilidade que requerem a proteção da Assistência Social para garantia e acesso a seus direitos socioassistenciais e a ampliação de sua capacidade protetiva, demandando para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento da equipe técnica, na medida em que as situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, poderão tornar-se agravamento do risco social ou violação de direitos. O acompanhamento deve ocorrer de forma particularizada, porém compartilhada com outras políticas e equipamentos públicos (Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, Vara da Família, etc.)

. Visita domiciliar - É uma prática profissional, de constatação ou acompanhamento situacional, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar. Têm como finalidade entender melhor a demanda apresentada e realizar o acompanhamento frente às situações observadas pela família, ou ainda, de relacionamento às condições de moradia, saúde, vínculos, riscos sociais ou pessoais, etc.

Visita Técnica - São realizadas visitas periódicas ao ambiente de Aprendizagem Prática dos Aprendizes, de acordo com o planejamento, com a finalidade de fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas, ou diante de necessidades detectadas.

Durante a visita, o gestor/tutor é entrevistado pela Equipe de Acompanhamento para verificação de desempenho, assiduidade, frequência, adaptação e comportamentos do Aprendiz em ambiente de atividade prática, visando seu desenvolvimento e a permanência no mundo do trabalho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Visita domiciliar - É uma prática profissional, de constatação ou de acompanhamento situacional, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social e familiar. Tem como finalidade entender melhor a demanda apresentada e realizar o acompanhamento frente as situações observadas pela família ou ainda de relacionamento as condições de moradia, saúde, vínculos, riscos sociais ou pessoais e etc.

Orientação Profissional - De caráter individual é prestada aos nossos usuários, adolescentes e jovens com vistas a solução de problemas relativos a situações vivenciadas em sua atividade pratica, focando sempre em seu progresso profissional tomando em consideração as características do interessado e a relação entre seu aprendizado teórico e prático.

Oficinas de geração de renda - A oficina de geração de renda busca incentivar os participantes para a conquista da autonomia através do trabalho formal e de renda complementar, além da oportunidade de obter conhecimentos específicos, habilidades e novas atitudes no cotidiano.

Prepara esse público a tornarem-se cidadãos críticos, despertando o empreendedorismo com posturas comportamentais às exigências desse cenário corporativo, além da convivência cotidiana, social e cultural dos atendidos.

Tem a finalidade de proporcionar mudança significativa na vida dos usuários atendidos, tornando-os protagonistas, contribuindo assim, para a diminuição da desigualdade social.

a.1.) Programa de Socioaprendizagem - O Programa de Socioaprendizagem tem por finalidade a integração de jovens e adolescentes no mundo do trabalho, investindo na formação para o desenvolvimento de diferentes habilidades, de modo a viabilizar a equiparação de oportunidades para os adolescentes e jovens. O programa é pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidade dos usuários. Proporciona o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, tornando-se sujeito ativo e protagonista apto a conquistar e manter sua empregabilidade.

Resultados alcançados

Houve considerável inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, em condições dignas respeitando o decreto 5.598/05 no que tange a Formação Técnico Profissional.

Adolescentes e jovens protagonistas inseridos no mundo do trabalho com competências e habilidades desenvolvidas como: autoconhecimento, criatividade, raciocínio lógico, comunicação, tomada de decisão, trabalho em equipe e liderança.

	2017	2016
Número de atendidos	105.369	64.459
Recursos aplicados	131.363	117.935

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

b.1.) FMT Formação para o Mundo do Trabalho - Formação para o Mundo do Trabalho (FMT) - Tem por foco a formação geral de adolescentes e jovens para inclusão no mundo do trabalho, visando contribuir para a construção de novos conhecimentos, formação de atitudes, valores e a realização do seu projeto de vida, que oportuniza, ao longo do curso, o desenvolvimento de competências como comunicação, empatia, inter e intrapessoalidade, liderança e trabalho em equipe, por meio da construção de uma apresentação que busque elucidar a visão do adolescente e jovem acerca de seu futuro e do mundo do trabalho.

O trabalho desenvolvido utiliza metodologias ativas, atividades em grupo e o uso de tecnologias o que possibilita o exercício da cidadania, o aperfeiçoamento da comunicação oral e escrita, assim como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, os quais são organizados em formato de oficinas de convivência de modo a garantir aquisições progressivas aos usuários de acordo com seu ciclo de vida, focando a prevenção e ocorrência de situações de risco social.

Resultados alcançados:

- Ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes e jovens;
- Desenvolvimento de potencialidades, habilidades e competências, propiciando sua formação cidadã e inserção no mundo do trabalho;
- Alcance da autonomia e protagonismo social, por meio de vivências.

	2017	2016
Número de atendidos	21.468	17.117
Recursos aplicados	8.389	9.314

c.1.) Programa Aprender e Transformar - O Programa tem por finalidade o fortalecimento da emancipação e a conquista da autonomia por meio da obtenção de conhecimentos específicos, habilidades e atitudes.

Prepara os usuários a tornarem-se cidadãos críticos, despertando o empreendedorismo social com posturas comportamentais às exigências desse cenário corporativo e comercial.

Resultados alcançados

O Programa Aprender e Transformar contribui para a melhoria da qualidade de vida familiar, possibilitando a ampliação da renda e a potencialização da capacidade produtiva.

	2017	2016
Número de atendidos	730	1.103
Recursos aplicados	446	649

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

d.1.) Programa Ser e Conviver - O Programa Ser e Conviver foi elaborado a partir de um estudo da área de Desenvolvimento Social do Espro, para desenvolver habilidades sociais e de convívio junto aos adolescentes, visando à preparação para a vida pessoal, social, familiar e profissional. A intenção é trabalhar ativamente conteúdos como cidadania e comportamento minimizando rupturas e situações de fragilização familiar.

As atividades desenvolvidas no Programa acontecem de forma lúdica para que os adolescentes troquem suas experiências e vivenciem os conceitos de normas e regras que a sociedade traz em seu cotidiano.

Resultados alcançados

- Desenvolvimento de habilidades e competências compatíveis com o mundo do trabalho;
- Preparação para a convivência inter-relacional, social e cultura;
- Fortalecimento dos vínculos familiares:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Número de atendidos	112	742
Recursos aplicados	68	315

Todas as ações e atividades sociais desenvolvidas pelo ESPRO é inteiramente gratuita aos jovens e demais atendidos.

A Associação é direcionada para o cumprimento integral de sua missão transformando e incluindo o jovem através da integração ao mundo do trabalho.

17. Imunidade (isenção) usufruída

A Associação é imune de impostos e de contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do artigo 195, da Constituição Federal. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

Conforme Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 - artigo 29 que fala sobre:

"A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições que tratam os arts.22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".

A Associação, a título de demonstração, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) usufruída - INSS:

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
INSS - cota patronal e terceiros	22.260	18.866
COFINS s/ faturamento	5.526	4.684
PIS s/ Folha de Pagamento	1.105	975
	<u>28.891</u>	<u>24.525</u>

Os recursos de imunidade usufruídos foram integralmente aplicados nos programas sociais conforme informado na Nota Explicativa nº 16.

18. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de despesas gerais, administrativas e outras receitas era composta da seguinte forma:

	2017	2016
Folha de pagamento	(6.168)	(5.743)
Contingências	(2.457)	(2.417)
Serviços prestados por PJ	(3.181)	(3.948)
Ocupações de imóveis	(2.769)	(2.914)
Utilidades e serviços	(1.875)	(2.706)
Perdas para crédito de liquidação duvidosa	(1.510)	(943)
Depreciação e amortização	(1.029)	(1.468)
Outras despesas	(1.172)	(809)
Material de consumo	(547)	(573)
Serviços Voluntariado	(119)	(163)
Transportes	(52)	(114)
Outros impostos e taxas	(24)	(38)
	<u>(20.903)</u>	<u>(21.836)</u>

19. Receitas e despesas financeiras

Neste grupo estão registradas as receitas com: (i) aplicações financeiras, (ii) outras receitas financeiras e (iii) despesas financeiras com tarifas bancárias, multas e juros:

	2017	2016
(i) Aplicações financeiras	4.616	4.674
(ii) Outras receitas financeiras	609	614
(iii) Despesas financeiras	(321)	(371)
	<u>4.904</u>	<u>4.917</u>

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

20. Seguros

A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais era composto por R\$ 34.454 (R\$ 35.746 em 2015):

Coberturas	2017	2016
Básica - Incêndio, Raio e Explosão de qualquer natureza	9.700	8.465
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Queda de Aeronaves, Impacto de Veículos	-	700
Danos Elétricos	700	700
Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens	230	230
Equipamentos Eletrônicos (Sem Roubo)	100	100
Quebra de Vidros	60	60
Responsabilidade Civil Operações	700	700
Responsabilidade Civil Empregador	700	700
Equipamentos Portáteis território nacional	160	160

21. Partes relacionadas

A Associação não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os superintendentes são empregados da Associação regidos pelo regime CLT, nos termos do estatuto social do Espro não compõem a diretoria da Associação.

Os conselheiros, instituidores ou benfeitores não recebem qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, cujo valor justo seria:

	2017	2016
Trabalho voluntariado	119	163

As despesas com serviços voluntários estão distribuídas nos projetos sociais conforme Nota Explicativa no. 16 - Atividades Socioassistenciais.

22. Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos a respectivos valores de mercado.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPRO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Associação está significativamente sujeita aos fatores de:

- (i) Riscos de crédito - são gerenciados diretamente com os clientes onde os débitos são quitados e/ ou renegociados, bem como a constituição de Provisão para Estimativa de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) que em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 representava a perda estimada pela Administração.

Adicionalmente a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	22.272	38.892
Contas a receber	13.701	13.982
Aplicação a longo prazo	30.024	-
Total	<u>65.997</u>	<u>52.874</u>

- (ii) Risco de preço dos serviços - decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e, principalmente de alterações significativas nos custos de pessoal como alterações no salário mínimo, uma vez que o principal componente do com o salário mínimo nacional ou estadual ou outra condição mais favorável ao aprendiz.